

O Trabalho

A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES SERÁ OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

editorial



Uma Constante: a Guerra

Uma Resposta: a Unidade, Nacional e Mundial, dos Trabalhadores

Nos últimos meses, se uma constante houve, foi a guerra.

1. Por um lado, intensifica-se a guerra na Ucrânia.

Completa está a transformação do exército ucraniano num anexo militar da NATO e da UE. Tanques, aviões, mísseis, drones, armas ligeiras, munições e uniformes são da NATO. Só os corpos que matam e morrem são ucranianos.

Os EUA e aliados orquestram, entretanto, uma escalada armamentista sem precedentes a partir das cimeiras da NATO. A última foi em Vilnius (ver artigo na pág. 5).

As alianças organizadas pelo imperialismo americano no Oriente (com Austrália, Japão, Coreia do Sul, Índia...) apertam-se à volta da China. Exactamente como, nos últimos trinta anos, a NATO foi apertando o garrote à Rússia.

O objectivo, em ambos os casos, é o mesmo: eliminar obstáculos à abertura completa da Rússia, como da China, dos seus mercados e matérias-primas, ao capital financeiro “ocidental”, que precisa de novos super-lucros de pilhagem para sair da crise.

O preço é o desmembramento desses países e o alastramento do caos, a exemplo da intervenção imperialista no Médio Oriente. Um preço que não assusta Wall Street. Não é por acaso que a imprensa do capital financeiro fala abertamente de fazer da futura Ucrânia um “novo Israel”.

Entretanto, aumenta o risco de alastramento e nuclearização da guerra.

2. Por outro lado, os países europeus subordinados a Washington e Bruxelas avançam na transformação das suas economias em economias de guerra.

Os orçamentos militares conhecem saltos antes inconcebíveis. A inflação e a política monetária da Reserva Federal americana e do BCE organizam a recessão e a austeridade, cortando salários e pensões, desmontando metódicamente os serviços públicos.

Do mesmo passo, a brutalidade dos aparelhos repressivos apura-se, exemplificada no assassinato do jovem Nahel em França. Passo a passo, coarctam-se ou “cancelam-se” os direitos e liberdades democráticos.

3. Em Portugal, o pacote “Mais Habitação”, recentemente adoptado pelo governo Costa, é um pouco o símbolo do fado de um governo voluntariamente acorrentado aos tratados da UE e da NATO.

A operação começou com grandes anúncios de políticas de arrendamento forçado de prédios devolutos a preços acessíveis (o mínimo dos mínimos, dir-se-ia).

Logo chegou, naturalmente, o coro de protestos dos proprietários.

E tudo acabou nisto: o governo compromete-se a propor educadamente aos senhorios que aceitem arrendar casas ao Estado, a preços de mercado – ou seja, a preços de especulação. O Estado sub-arrendará depois às famílias, a preços “acessíveis”. Acessíveis, se tanto, note-se, a uma fracção ínfima da chamada “classe média” – mas de modo algum às famílias populares, que vivem com rendimentos familiares na ordem dos mil euros, muitas vezes menos. A diferença entre a renda paga pelo Estado ao senhorio e a renda paga pelo inquilino ao Estado é suportada pelo orçamento. Ou seja, pelos impostos pagos pelos trabalhadores e inquilinos. E essa transferência orçamental ficará, é claro, sujeita a cortes rápidos, logo que “aqui d’el rei que o défice, que a dívida, que a União Europeia...”.

De uma política de habitação vagamente dirigida à população todos os dias expulsa das suas casas nas cidades passa-se, à velocidade do relâmpago, a uma política de subsídio à propriedade privada especulativa. A uma política que, se sair sequer do papel, irá apenas, na realidade, alimentar mais ainda a especulação imobiliária, ao criar mais um mercado potencialmente lucrativo: o mercado que consiste em arranjar casas devolutas às três pancadas e arrendá-las ao Estado a rendas altas.

Mais uma política de transferência maciça de rendimento do trabalho para o capital.

O mesmo se passa no ensino e na saúde.

Ficou famoso o dito de Passos Coelho aos professores,

Continua na página seguinte

editorial

Continuação da página anterior

médicos e enfermeiros: “Ganham pouco? Emigrem!”.

O dito de Costa é: “Ganham pouco? Vão para o privado (ou então emigrem)!”

4. Mas não é só isso que há. Há, também, a resistência da classe trabalhadora e da juventude, organizada ou semi-organizada em lutas e greves (e, às vezes, desorganizada e desesperada, como a dos jovens dos subúrbios de Paris após o assassinato de Nahel em França, ver pág. 7).

Na senda das mobilizações multitudinárias dos professores, são cada vez mais e incontáveis as greves e lutas, no sector privado como no público.

O equilíbrio político é precário. O governo escolhe não reagir às lutas e greves no sector público. A sua lógica é: há greves e não há aulas? Há greves e não há transportes? Há greves e não há hospitais? Tudo bem. De qualquer maneira, queremos dar cabo do ensino, da saúde e dos transportes públicos. Esperamos sentados.

Pode fazê-lo, porque as greves se mantêm isoladas, cada uma no seu dia, cada uma para seu lado.

Mas os cálculos já lhe têm saído furados. As mobilizações dos professores mostraram à classe trabalhadora no seu todo que, mesmo que o governo e os burocratas sindicais achem que têm tudo controlado, a iniciativa dos próprios trabalhadores na base pode mudar tudo.

E esse é o caminho a seguir.

O movimento “Solidários: Trabalhadores Atacados Não Podem Ficar Isolados” fez um encontro nacional, em Outubro de 2021, que juntou uma centena de sindicalistas e dirigentes sindicais que procuravam a unidade na luta e recusavam a capitulação.

Para o outono de 2023, prepara-se um novo encontro nacional.

É altura de passar a um novo patamar.

É altura de o movimento operário dar passos para se dotar de estruturas de organização, informação, comunicação e luta independentes do Estado, do governo e do patronato, que respondam única e exclusivamente perante os trabalhadores, que organizem a unidade das lutas e greves, chegando, se e quando necessário, à greve geral para impor um governo ao serviço dos trabalhadores e do povo.

Este é o nosso desafio.

política

Privatização da EFACEC

Depois do BES/Novo Banco,

Vêm aí, de novo, os abutres

No início de Junho, a imprensa anunciou que o governo escolheu o “fundo alemão MUTARES” para ficar com a EFACEC, no contexto da privatização desta empresa de engenharia, nacionalizada em 2020 na sequência do caso “Luanda Leaks” e do ajuste de contas dos Estados português e angolano com Isabel dos Santos.

Os pormenores do negócio

É fácil dar pormenores do negócio da privatização: não há. É tudo segredo.

Primeiro: o negócio só será concluído se a Comissão Europeia disser que sim, senhor, não infringe a sagrada lei da concorrência livre e sem entraves.

Segundo: os credores (bancos e titulares de obrigações) “terão de perdoar parte da dívida” (Eco, 7 de Junho de 2023). Segundo este jornal, o ministro da economia, Costa Silva sobre isso “pouco quis adiantar”. Nada e nada.

Não obstante, parece que a proposta da “empresa” alemã deu “grande conforto” a Costa Silva. O ministro, posto que confortado, escusou-se a revelar “quanto é que o grupo alemão vai pagar pelo negócio.”

Consta que, em Maio de 2023, o Estado tinha uma “exposição” à EFACEC (ou seja, a EFACEC devia ao Estado) de 217 milhões, entre empréstimos concedidos e garantias dadas. À banca deverá a empresa 150 milhões; a obrigacionistas, 85 milhões.

O ministro mais diz que os credores bancários e obrigacionistas terão de aceitar perdas: ou seja, perdoar aos compradores alemães da EFACEC parte do que a EFACEC deve a esses credores. Em relação às “perdas que o Estado irá ter de assumir com o negócio”, os responsáveis do governo não quiseram, porém, “desvendar o plano”.



A empresa compradora, de seu nome MUTARES, tem sido descrita na imprensa como um “grupo alemão” ou como uma “holding industrial alemã, (...) especialista na reorganização e otimização de empresas de média dimensão, assumindo-se como um fundo que tem uma estratégia de longo prazo.” (Jornal Negócios, 1 de Junho).

Um olhar rápido pela página web da MUTARES permite outras conclusões. A MUTARES diz de si mesma que é “um investidor de private equity, internacionalmente activo, centrado em special situations” [em inglês no texto alemão]. O seu foco é a aquisição de “partes de empresas de grandes grupos económicos (carve-outs) e médias empresas em situações de transição”. Traduzido para linguagem vagamente normal: é um fundo alimentado por capital vindo de fortunas de investidores privados, que persegue e ataca empresas ou partes de empresas em crise, com o objectivo de

reestrurá-las e delas extrair o máximo valor possível para os tais investidores privados do fundo.

O objectivo final consiste no “harvesting” (em inglês no texto alemão; aproximadamente: “a vindima”): “Promove-se activamente a realização do potencial de valor de cada participada, passando pelas várias fases de desenvolvimento, de molde a conseguir uma alienação lucrativa da empresa. O objectivo que preside a esta acção é obter um retorno de sete a dez vezes o capital empastado.” Comprar, “reestruturar”, vender pelo décuplo.

O fundo explica laboriosamente que tem uma estratégia de “longo prazo”. O que é o “longo prazo”? “O tempo que almejamos manter o nosso investimento é de aproximadamente entre 3 e 5 anos.”

Mais um fundo abutre (mas o Estado também gostava de roer um osso ou outro, se desse).

Os trabalhadores que se preparem.

Por que razão ninguém diz aos trabalhadores a verdade nua e crua? Que o governo Costa/Costa Silva acaba de entregar a EFACEC a um fundo abutre idêntico ao que, orçamento a orçamento, explorou até ao tutano o Estado português via BES/Novo Banco? Há uma diferença, sim: este é alemão, o outro era texano.

É certo que, sem revelar nada, o ministro sempre adiantou (a fonte é, ainda, o eco de 7 de Junho) que “haverá um mecanismo de partilha de valor inovador” que permitirá ao Estado reaver o que investiu até agora. “Será um mecanismo inovador em que a Mutares valorizará a empresa para certos patamares e partilhará valor com o Estado (...), que ficará com um direito económico através de um acordo que vamos assinar”.

Ou seja, o governo começa por dizer que o Estado irá perdoar uma boa parte do que lhe é devido e pede à banca e outros credores que perdoem também. Mas o espertalhão do ministro desta vez vai fazer um belo deal: quando a MUTARES multiplicar por sete a dez o capital que tiver empastado no negócio (depois das devidas “reestruturações”, “emagrecimentos” e outros tratamentos de choque, que os trabalhadores sentirão na pele), o Estado também irá ter o direito de chupar algum tutano dos ossinhos. É o progresso na versão Costa/Costa Silva: o Estado promovido a abutrezinho ajudante dos grandes.

É mais do que tempo de os trabalhadores discutirem o que se prepara e montarem a sua resistência.

política

Fórum BCE Sintra Julho de 2023

Os bancos centrais, estados-maiores da guerra do capital contra o trabalho

LAGARDE APELA À INTENSIFICAÇÃO DA GUERRA SOCIAL CONTRA O TRABALHO

• fórum sobre a política de taxas de juro do BCE (Banco Central Europeu), realizado em Sintra no fim de Junho, deu azo a muito comentário, adornado de mais ou menos pontos de exclamação e estados de alma.

Foi um acontecimento indiscutivelmente importante. O BCE é, juntamente com a Comissão Europeia (e muito mais do que o governo e a Assembleia da República), um dos principais órgãos de governo deste país e dos outros países subordinados aos tratados da UE. O que se passou e disse em Sintra tem, portanto, indiscutível impacto na vida dos trabalhadores portugueses

A chefe do BCE, Lagarde, disse isto, com brutal clareza e à transparência da linguagem contorcida dos banqueiros e economistas: pois não, esta inflação não foi causada pelos salários. Mas isso, acrescentou, não interessa nada: de agora em diante, o perigo é os trabalhadores quererem recuperar a parte dos salários que perderam, exigindo aumentos iguais ou superiores à inflação. E, por isso, mais disse, enquanto o Banco Central não ficar convencido de que os governos torcem o braço aos trabalhadores o tempo suficiente para os salários continuarem a baixar, a política monetária irá continuar a estrangular a economia, a provocar falências, despedimentos e despejos.

A violência das declarações da presidente do BCE foi tal, que até António Costa se sentiu obrigado a distanciar-se – da boca para fora, bem entendido. Ele sabe muito bem que, como Vítor Constâncio, ex-vice do BCE e governador do Banco de Portugal, disse, “é bem conhecido que críticas públicas ao BCE, mesmo quando feitas por importantes autoridades políticas, não têm qualquer efeito sobre as decisões de política monetária” (Expresso, 4 de Julho). Ou Costa está disposto a romper com o BCE e a UE (não está...), ou nada pode fazer. E é por estar farto de o saber que mostra “rebeldia” para as câmaras. Quem manda não é ele.

Em Sintra, além dos discursos oficiais, houve também um fórum dos quatro presidentes dos grandes bancos centrais do mundo (BCE, Reserva Federal americana, Banco de Inglaterra, Banco do Japão). Foi ainda mais esclarecedor.

Apesar das frases recheadas de termos “técnicos”, os chefes da Reserva Federal, Powell, do BCE, Lagarde, e do BdI, Bailey, disseram com todas as letras o que tinham para dizer: sim, talvez esta política cause uma crise económica; sim, talvez provoque desemprego; sim, talvez muita gente perca a habitação; mas sabem: a alternativa seria ainda pior...

• foco deles todos é o “mercado de trabalho”. Está, disseram todos, muito “apertado”. Em linguagem de economista, isto significa que há demasiado poucos trabalhadores desempregados e, portanto, há risco de os salários aumentarem. Ora, disse Lagarde, isso não pode ser: os salários têm de descer (“subir menos do que a inflação” é a maneira delicada de o dizer). Enquanto não descerem, continuamos a aumentar os juros até que mais empresas fechem e despeçam mais trabalhadores...

São duas as maneiras de “aliviar” o mercado de trabalho no capitalismo.

Uma é reduzir a procura de trabalho pelos patrões. Com os juros altos, vão à falência as empresas que não conseguem repercuti-los suficientemente nos seus preços, porque perderiam mercado para empresas mais fortes; e que também não conseguem baixar os salários que pagam, pois perderiam os trabalhadores. Mais empresas fecham, mais desempregados há. E os trabalhadores, para encontrarem emprego ou manterem o que têm, são obrigados a aceitar salários mais baixos.



A outra maneira de “aliviar” o mercado de trabalho é aumentar a oferta de trabalho, ou seja, a concorrência entre os trabalhadores que procuram trabalho. Lagarde mostrou-se particularmente preocupada com o sector dos serviços, onde, diz ela, a “produtividade é baixa” e o trabalho menos qualificado, e a única maneira de “contrariar a inflação” é baixar ainda mais o “custo do trabalho”... ou seja, os salários. Não é por acaso que, na Europa e nos EUA, se está a assistir à “importação” maciça de mão de obra pouco qualificada de países atrasados em que há muito desemprego e salários muito baixos. Os patrões recorrem, para isso, em muitos casos, a redes de tráfego de seres humanos. É uma maneira de “unificar” a “oferta” de trabalho no mercado mundial, igualando os níveis salariais. Se os trabalhadores dos países desenvolvidos são postos em concorrência directa com os de países atrasados pelos mesmos empregos, aumenta a pressão para os salários, nos países industrializados, baixarem.

• bedeceu, aliás, a essa mesma lógica a “deslocalização” da indústria europeia e americana para a China a partir dos anos noventa, com base num acordo entre a Casa Branca e a direcção do PC Chinês. Com os trabalhadores da indústria americana e europeia a terem de concorrer directamente com a força de trabalho chinesa, muito mais “barata”, os salários industriais nas metrópoles imperialistas baixaram, e o aumento estrepitoso dos lucros dos grandes grupos económicos durante duas décadas conseguiu-se “quase sem inflação”.

A política monetária actual dos bancos centrais é muito simples e para isso serve a espora dos juros: espicaçar o patronato no seu todo, como classe, a atacar os trabalhadores; e forçar os governos recalcitrantes a emoldurar esse ataque com políticas

– que empurrem sectores do capital para a falência ou para reduzirem drasticamente os investimentos – aumentando, assim, o desemprego e a “pressão” à baixa dos salários, ainda que à custa de uma crise económica; e

– de repressão salarial directa, desmontando direitos dos trabalhadores legalmente constituídos na legislação laboral, assim como as caixas de pensões e os sistemas de saúde, ensino e habitação públicos, que são, afinal, a componente diferida e colectiva do salário da classe trabalhadora.

Se nada disto for suficiente, restará atacar directamente os meios históricos de defesa organizada do movimento operário, os seus sindicatos e partidos. Esta opção está sempre em reserva para quando o resto falha, e é a tarefa para que se preparam os partidos e bandos de extrema-direita em ascensão por toda a Europa.

• Os bancos centrais não são centros de intervenção científica e neutra na economia, para o “bem comum”. São armas fundamentais na luta de classe do capital contra o trabalho. Por isso lhes foi conferida “independência” de eleições e outras maças democráticas.

A linguagem que usam pode parecer “técnica” e “económica” – mas não é. É linguagem da guerra: “Avante, ao ataque dos salários, com todo o poder de fogo! Quem hesitar, será atropelado!”.

Vida Boa?!

A direcção cessante (ou, o que é o mesmo, a nova direcção) sentiu-se dispensada de apresentar à convenção um balanço político que incluisse os catastróficos resultados eleitorais conseguidos nas últimas eleições legislativas. Para isso, alegou, fizera, meses antes, uma “conferência nacional” – depois de muita pressão da militância.

Na dita “conferência nacional” (antecedida de zero debate organizado), a direcção do BE aceitou aturar meia-dúzia de horas de intervenções, a maioria encomendadas por si. Fez constar que: a sua política fora impecável. A culpa dos maus resultados fora dos eleitores: estúpidos, elegeram uma “maioria absoluta” (note-se que a explicação é à prova de bala: a culpa de qualquer resultado eleitoral é sempre dos eleitores, pois são eles quem vota).

Agora, na convenção, procedeu-se, entre pouco debate e muito aplauso de claque, à substituição da “coordenadora” (figura não estatutária). Catarina Martins saiu. Mariana Mortágua entrou.

A moção de oposição (moção E), a que pertencem alguns dos que editam este boletim, procurou a discussão política, sobre o balanço, sobre a guerra, sobre o alinhamento sistemático da

direcção do Bloco com o imperialismo militarista da NATO e da UE, manifesto nas resoluções aprovadas, no Parlamento Europeu, pelos seus eurodeputados, ao lado da direita e extrema-direita em peso. Em vão.

A nova linha do Bloco concretiza-se num curioso slogan: “Vida Boa”. Vida boa para todas as pessoas, note-se. “Pessoas” substituiu, na língua desta direcção do BE, a noção de que a sociedade se divide em classes (todas elas constituídas por “pessoas”) com interesses antagónicos.

“Vida boa” quase soa a escárnio, quando os trabalhadores vêem os seus salários cortados pela inflação, os contratos colectivos destruídos, perdem, para a especulação imobiliária, o direito a habitar a menos de várias horas do seu trabalho e assistem à desmontagem metódica do SNS, do ensino e dos transportes públicos.

Para a direcção do BE, a luta de classes morreu. Só que a luta de classes não morreu. A luta de classes domina a vida das “pessoas”. O que morreu foi o apoio, ainda que muito tívio, da direcção do Bloco a uma dessas classes, a trabalhadora. Agora apoia a outra, a que explora a primeira. A que está por trás da NATO e da UE, dos Zelenskis e Putins.

Abaixo reproduzimos a intervenção do nosso camarada Adriano Zilhão na convenção do BE.

Camaradas, aqui há anos, quando a União Soviética caiu, foi oficialmente proclamado o “fim da história”.

Há quem pense que, depois disso, os socialistas e comunistas já só podem aspirar a civilizar o capitalismo, a pôr qualificativos nas suas partes mais aborrecidas; ou seja, a mitigar a exploração, mas não a derrubá-la.

– Já só poderão dizer, por exemplo, que, pronto, se é para privatizar a TAP, OK, mas então que seja só um bocadinho; toda, é mais chato...;

– e achar, por exemplo, que, no Parlamento Europeu, se deve votar a favor da expansão das tropas da NATO e dos capitais da União Europeia para Leste,

– e que, para conter o ditador mafioso da Rússia, se deve armar até aos dentes a NATO, instrumento de guerra e opressão universal do imperialismo dominante, e o ditador mafioso da Ucrânia, que leiloe o seu país ao grande capital americano e europeu.

A NATO, maior máquina de guerra da história humana, transfigurada em instrumento da autodeterminação dos povos – as coisas extraordinárias que se ouviram, aqui, neste mês de Maio, tão propício a milagres!

Só que não, camaradas!

O capital continua a empurrar a humanidade para a barbárie e para a guerra sem fim – não tarda nada, com tanques Leopard do exército português, pagos à custa de hospitais e escolas.

Camaradas, parece que há quem pense que propor uma “vida boa para todas as pessoas” é um grande slogan.

Bem: talvez permita desbaratar, nas eleições, os partidos que propõem uma vida má para todas as pessoas; e, até, aqueles que só lhes propõem uma vida assim-assim.

Eu, embora nunca tenha estudado publicidade, não penso assim.

Penso que, se queremos ser úteis aos trabalhadores explorados deste país, o partido tem de estar disposto a representar politicamente apenas uma parte das pessoas – não “todas as pessoas”.

Uma parte que é grande parte das pessoas: *os trabalhadores*. Mas só essa parte!

E representá-los contra a outra parte, a parte que detém a propriedade privada dos grandes meios de produção e troca, que é a causa e raiz de todos os problemas que a humanidade no nosso tempo enfrenta: a miséria e a guerra que campeia no planeta, a exploração desenfreada, a destruição de populações inteiras e a destruição do ambiente.

Camaradas,

Para ser politicamente útil a essa grande parte da população – *mas não a toda!* –, o partido tem de ajudar os trabalhadores a unirem as suas lutas e greves, a organizarem-se, sindical e politicamente.

E camaradas, acreditem: face aos incansantes ataques dos exploradores e fautores de guerra, os trabalhadores estão *condenados* a procurar, sempre, os caminhos da luta e da unidade, para se defenderem – e para, no momento certo, contra-atacar.

Sim, há que defender, e repor, todas as conquistas, as grandes e as pequenas, as directas e as indirectas, o SNS, o ensino público, a contratação colectiva, as empresas nacionalizadas!

Mas não chega. Sem romper com o capital e as suas instituições, a NATO e a UE, sem substituí-las pelas instituições dos próprios trabalhadores, nada se conseguirá de duradouro.

Era preciso ter ajudado as lutas e greves dos trabalhadores da refinaria de Matosinhos e da central de Sines, da TAP, dos motoristas de matérias perigosas, dos enfermeiros, dos ferroviários, dos estivadores, dos professores, da Auto-Europa; e, no futuro, é preciso ajudar as lutas e greves destes mesmos e de todos os outros.

É preciso batermo-nos pela unidade incondicional na luta entre trabalhadoras, sempre as mais exploradas, e trabalhadores; entre trabalhadores brancos e negros; entre trabalhadores portugueses e estrangeiros; entre trabalhadores de todas as opções sexuais.

E é preciso batermo-nos contra os capitalistas e seus ajudantes: as Amóris e as Azevedos, os Espíritos Santos (de igreja ou não), o PSI-20; os Musk, os Bidens, os Putins, os Zelenskis; os Stoltenbergs, as Lagardes e as von der Leyens, os Centenos; e, também, os Costas, hipotecados àqueles; os e as capitalistas, qualquer que seja a cor da pele, o sexo, ou a nacionalidade deles.

Hoje, ser útil aos trabalhadores é ajudá-los, paciente e firmemente, a encontrar a via da greve geral unida que porá a nu a fraqueza do regime do capital e abrirá caminho a um governo ao serviço do trabalho e da organização democrática da propriedade social dos grandes meios de produção e troca.

Camaradas, há *slogans* que podem não ser novos, mas continuam a ser bons:

- **A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores!**
- **Proletários de todos os países, unidos!**
- **Não à guerra imperialista! Portugal fora da NATO!**

guerra na ucrânia

O Arco da Máquina de Guerra Imperialista, o “Bloco Euro-Atlântico”: DA EXTREMA-DIREITA AO BLOCO DE ESQUERDA

Enquanto a NATO acelera os preparativos para a guerra total (artigo ao lado), o Parlamento Europeu adoptou a sua quinta resolução sobre a Ucrânia, desta vez sob o sugestivo título de “Resolução sobre a reconstrução sustentável e a integração da Ucrânia na comunidade euro-atlântica”.

A resolução foi adoptada pela esmagadora maioria dos “eurodeputados”, incluindo os do Bloco de Esquerda e de La France insoumise, quase toda a direita e extrema-direita, social-democracia e verdes; contra, votou o PCP, “Unidas Podemos” do Estado espanhol, comunistas gregos e uma mão-cheia de deputados da extrema-direita (cf. https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/PV-9-2023-06-15-RCV_FR.pdf).

A resolução, como as anteriores, apela à guerra total, por exemplo: “Sublinha que a paz resultante de uma vitória da Ucrânia deve ser garantida através da integração da Ucrânia na NATO e na UE”.

Apela, ainda, a que a UE e os seus Estados membros apliquem a velha política imperialista de saque total aos derrotados (a Rússia, naturalmente...), estabelecendo “uma base jurídica para o confisco de bens públicos russos para efeitos de financiamento da reconstrução da Ucrânia e de indemnização das vítimas da agressão russa”. Esta política imperialista é rejeitada pelos partidos do movimento operário desde os seus primórdios no séc. XIX.

A resolução apela, também, a mais sanções: “novos pacotes de sanções, visando enfraquecer estrategicamente a capacidade de guerra da Rússia”.

A estratégia, articulada pelo Pentágono e reflectida na imprensa do capital financeiro mundial, de transformar a Ucrânia num regime super-militarizado controlado pela NATO (como Israel no Médio Oriente), é também devidamente contemplada. Apela-se a “(...) um apoio de grande alcance no domínio militar”; à intensificação da “cooperação militar com a Ucrânia, nomeadamente através do aumento das capacidades e da formação e da capacitação, a fim de reforçar as capacidades de defesa da Ucrânia ao nível necessário para libertar o território internacionalmente reconhecido da Ucrânia e dissuadir novas agressões”.

Por fim, a resolução exorta “os aliados da NATO a honrarem o seu compromisso relativamente à adesão da Ucrânia à NATO e faz votos por que as próximas cimeiras em Vilnius e Washington abram caminho a um convite à adesão da Ucrânia à NATO”.

Se dúvidas restassem, gente como a direcção do Bloco de Esquerda e aparentados selaram, deste modo, a sua adesão indefectível à aliança militar dirigida pelo Pentágono segundo os interesses da *Wall Street*.

O zelo dos eurodeputados chega a este ponto: quando o comunicado da cimeira da própria NATO, embora lamentando a destruição da barragem de Kakhovka como “consequência” genérica da invasão russa, não acusa ninguém de a ter realizado (ou porque não sabe, ou porque sabe, mas não lhe convém dizer), a resolução dos zelosos euro-sabujos do PE “condena com a maior veemência a destruição pela Rússia da barragem de Kakhovka”...

NATO reunida em Vilnius (Lituânia)

UMA CIMEIRA PARA A GUERRA

A NATO não tem parado de se alargar. Depois da quase totalidade dos países do Leste da Europa, foi agora a vez da Finlândia – país com a mais longa fronteira terrestre com a Rússia – e, por fim, virá a Suécia, depois de longo regateio com a Turquia, por troca com exilados curdos.

Se, já em 2018, Trump exigira o cumprimento estrito por cada Estado-membro da NATO do compromisso anterior de afectar 2% do seu produto interno bruto a despesas militares, a guerra na Ucrânia foi o ensejo inesperado para um aumento sem precedentes dessas despesas. O “objectivo indicativo” de 2%, conforme já ameaçara Stoltenberg, o secretário-geral da NATO, passou na cimeira de Vilnius a “mínimo obrigatório”. Nos Estados Unidos, a despesa com a guerra ultrapassou pela primeira vez o bilião de dólares. A Alemanha criou um fundo para duplicá-la fora do orçamento. A França adoptou uma lei de programação militar que a aumenta 40%. Em Portugal, o aumento do orçamento (apesar da dívida e do défice...) será de quase 10%. E será muito mais no futuro próximo: para atingir os tais 2% “mínimos” que Costa assinou zelosamente em Vilnius, o orçamento português da defesa terá de aumentar mais de 50%...

O primeiro beneficiário é a indústria militar americana. Em nome da necessidade de “harmonização” dos sistemas de armamento dos vários exércitos membros da NATO, o imperialismo americano pressiona para se apoderar de todos os mercados, não sem criar fricções com os rivais. Assim, a recente decisão da Bélgica de se abastecer de caças F-35 “made in USA” em vez de aviões franceses, como estava previsto, foi um revés para a indústria militar deste último país.

Porém, além de servir a intensificação da corrida armamentista, a conversão dos orçamentos nacionais à economia de guerra e a consolidação dos lucros do complexo militar-industrial americano, serviu, também, outros fins, uns muito concretos, outros de largo alcance (cf comunicado final da cimeira https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_217320.htm):

• Multiplicar por quatro ou cinco as forças da NATO prontas para entrar em guerra nas fronteiras da Rússia: “(...) destacar para o Flanco Leste da NATO forças adicionais robustas, estacionadas localmente, prontas para combater, a escalar, sempre que e onde necessário, do actual nível de batalhão para o de brigada, apoiadas em reforços credíveis, de mobilização rápida, em equipamento pré-posicionado e num dispositivo de comando reforçado.”

• Chamar a NATO a si o planeamento, realização e controlo da ampliação da capacidade industrial militar de toda a Aliança, através de um plano central para controlar a indústria militar de todos os países membros, das pequenas empresas aos grandes grupos.

Por miúdos: depois de a política económica, orçamental e monetária portuguesa ter passado para debaixo do controlo directo da União Europeia e do Banco Central Europeu, é a vez de o exército português e toda a indústria de material de guerra passarem para debaixo do comando directo de Washington e Bruxelas.

A ADMINISTRAÇÃO AMERICANA DECIDIU FORNECER BOMBAS DE FRAGMENTAÇÃO AO REGIME DE KIEV

Este armamento é banido por tratados internacionais. As razões parecem óbvias: estas bombas causam morte e destruição indiscriminada (ou seja, não apenas no alvo específico pretendido) num vasto perímetro; e deixam atrás de si um rasto de explosivos não detonados que continua a matar e mutilar por muitos anos depois de terminado um conflito.

Naturalmente, os EUA não são signatários destes tratados. Já o Estado português é.

E então, perguntar-se-á? Então, nada.

Ante o anúncio antecipado da administração americana de que equipará o regime de Zelensky de meios para praticar livremente crimes de guerra, o governo português declara o seu “desacordo” e “desaprovação”.

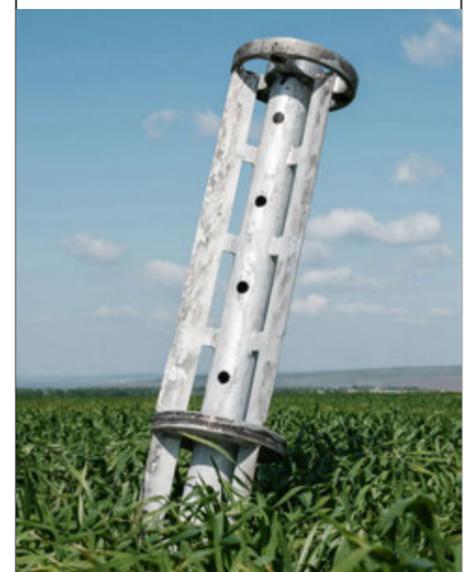
E, depois de tão duras palavras, o quê? Nada.

Continuará, como se nada fosse, a enviar material militar pesado e ligeiro – e tropas para a frente da NATO – e a gastar milhões de euros a sustentar política e militarmente os que, aos seus argutos olhos jurídicos, são criminosos de guerra pré-ungidos...

E a direcção do Bloco de Esquerda? Terá ela, animada da sua já tradicional santimónia, tomado uma posição vigorosa? Também não.

Disse que apoiava a posição do governo português. E acrescentou, ao que parece, que “nem numa guerra vale tudo”.

Isto é: “vale tudo”, desde que “não me comprometa”.



guerra na ucrânia

O episódio Wagner

OS INTERESSES COMUNS DELES E OS NOSSOS

A situação na Rússia não se reduz a um confronto entre um chefe da máfia e o seu mestre. Também nela intervêm, ainda que minoritariamente, correntes políticas que se situam no ponto de vista da classe trabalhadora que luta em defesa dos seus direitos.

Putin di-lo à sua maneira no seu comunicado de imprensa de 24 de Junho, quando evoca 1917 para avisar que a guerra civil pode voltar a redundar numa revolução operária.

Biden compreende a mensagem. Informado com 15 dias de antecedência dos preparativos de Prigojin, opta por não dizer nada, para não pôr em causa a “estabilidade”, no dizer dos seus porta-vozes.

Ao evocar o espectro de Outubro de 1917, a primeira revolução operária da história que expropriou o capital a longo prazo, Putin lembra aos chefes das grandes potências capitalistas que todos eles têm interesses em comum.

A base do regime de Putin é a pilhagem feita através das privatizações que, há cerca de 30 anos, caíram como uma praga de gafanhotos sobre a economia da URSS. O desmantelamento da propriedade estatal deu origem a gigantescas concentrações de riqueza, açambarcadas por oligarcas parasitas, que constituem a base social do regime.

Claro que existem diferenças entre os regimes políticos. O de Moscovo não reivindica a democracia política que existe, teoricamente, em Washington, Berlim ou Paris – se bem que, nestas, as tendências anti-democráticas, autoritárias e repressivas se agravem a cada dia.

Haverá diferenças... mas o imperialismo não ficou à espera de Putin para multiplicar as guerras que arruinam e despedaçam nações inteiras, do Afeganistão à Síria, do Iraque à ex-Iugoslávia, sem esquecer as intervenções militares neocoloniais no Mali e não só.

Haverá diferenças... mas, antes do Wagner, o sinistro exército privado norte-americano Blackwater, ainda mais poderoso, matou e esfolou, especialmente na Síria e no Iraque.

Haverá diferenças... mas a base social é a mesma: o regime de propriedade privada dos meios de produção. Isso não impede a guerra. Conhecemos a frase do escritor Paul Valéry: “A guerra é um massacre entre gente que não se conhece em proveito de gente que se conhece mas não se massacra.”

O episódio de 23 e 24 de Junho não é senão o início. Há o risco de implosão da Rússia, a exemplo, ontem, do desmembramento do Iraque, Afeganistão, Líbia e Síria pelas intervenções imperialistas. Não obstante: Putin, Biden e os demais defendem, cada um à sua maneira, o direito dos capitalistas a explorarem a classe trabalhadora. A esse nível fundamental, os seus interesses são comuns.

Não menos comuns, por cima das fronteiras, são os interesses dos trabalhadores e dos povos: os da Rússia, os da Ucrânia, da Bielorrússia e de todo o mundo.

Traduzido e editado de Daniel Gluckstein, *La Tribune des Travailleurs* nº 396

Posição da “União dos Marxistas” russa sobre os acontecimentos com o grupo Wagner



(...) Na primavera de 2022, a Rússia inicia a guerra na Ucrânia. A campanha militar era para ter sido rápida; porém, a má formação, a desinformação e a má preparação dos comandos fizeram com que a Rússia não conseguisse nas regiões de Donetsk e Lugansk obter resultados significativos e que as unidades que chegaram a Kiev vindas da Bielorrússia fossem derrotadas e repelidas. As autoridades russas decidiram recorrer à Wagner e a outras empresas militares privadas. Foi então que, de chefe de um negócio obscuro, levgueni Prigojin passou a actor importante no teatro de operações.

Milhares de milhões de rublos começaram a manar directamente para a Wagner à margem do Ministério da Defesa russo. A rede de media de Prigojin ia trabalhando no plano da informação. A certa altura, os seus activos informativos começaram a atacar o Ministério da Defesa e a apresentar os da Wagner como a única força pronta para o combate na frente. (...) Ao mesmo tempo, o exército russo abandonava a região de Kharkov e a cidade de Kherson, o que os canais de Prigojin destacaram como grave fracasso, resultado da falta de profissionalismo dos comandos. O proprietário da Wagner começa a publicar na rede mensagens de vídeo, gravadas com “wagnerianos” mortos em pano de fundo. Permite-se ainda críticas duríssimas à cúpula militar do país, fala de falta de projecteis, de traição. De fora deixa as enormes perdas da Wagner, consequência da táctica de “ataque em carne para canhão” (...).

Em Maio de 2023, o confronto entre o Ministério da Defesa e a Wagner atinge o

auge. As altas patentes militares exigiram que todos os participantes na operação especial assinassem contratos com o Ministério da Defesa, o que implicava que a Wagner ficasse sem enormes entradas de fundos. (...).

O motim propriamente dito durou 24 horas. Na manhã de 24 de Junho, Vladimir Putin fez uma declaração sobre o motim, equiparando-o a uma traição e comparando-o com os acontecimentos de 1917. (...). Quando faltavam pouco mais de 200 quilómetros para Moscovo, as tropas da Wagner detiveram-se subitamente. Era o resultado de negociações secretas entre as chefias do país e levgueni Prigojin. O público não sabe o que se negociou. (...) As massas não se juntaram nem para defender o regime vigente nem para saudar os rebeldes.

No ponto de vista político, o resultado dos acontecimentos foi uma derrota tanto para o governo de Putin como para Prigojin. Durante anos, ninguém se atrevera a desafiar o regime abertamente – e, de repente, uma rebelião eclode, e vem ao de cima a indecisão e inércia das autoridades. O sistema seleccionava os mais leais e os menos empreendedores. Resultado: os responsáveis pelas decisões mais importantes ficaram transidos de medo de tomar qualquer medida em defesa do sistema. Até Prigojin, porém, que no espaço mediático se retratava como defensor dos soldados e paladino da justiça, deixou bem à mostra de todos que só estava interessado no seu próprio benefício. (...).

Para a oposição, o dia foi um teste de carácter. O antigo oligarca Khodorkovsky e a associada de Navalny, Lyubov Sobol, apoia-

ram publicamente as acções de Prigojin. A oposição social-chauvinista (KPRF, RKRP e outros) solidarizou-se com as autoridades e condenou a “traição”. As organizações comunistas viram a fragilidade dos meios de comunicação e deram uma vez mais pela modéstia da sua influência sobre as massas. Antes da guerra, o nosso principal problema estava em estabelecer laços com a sociedade – trabalhadores, estudantes, apoiantes das ideias socialistas –, e este rumo tem-se mantido, mesmo ao fim de 16 meses de guerra. Hoje, a tarefa que se nos antolha é a de criar formas alternativas de promover essas ligações. Estamos habituados a trabalhar no conforto da *Internet*, a comunicar através de salas de *chat* e a agitar através de videoblogues e artigos. Mas os meios de comunicação electrónicos são extremamente frágeis e não criam o nível de confiança exigido. Cumpre-nos agora conhecer melhor os nossos apoiantes e aprender a interagir nas situações mais extremas.

Actualmente, as organizações comunistas do mundo estão divididas, não têm peso político significativo nos respectivos países e não conseguem agir como força organizada unida. Nós propomos que se trabalhe pela criação de um centro de coordenação comum das organizações que se situam no terreno da luta de classes, a fim de aumentar a sua influência no mundo e elaborar conjuntamente posições e planos para resistir ao reforço das forças reaccionárias.

Só juntos, pela acção colectiva, poderemos alcançar a paz e a justiça no interesse da maioria. A escolha é “socialismo ou barbárie!”.

frança

Nahel Nanterre, 27 de Junho, tinha 17 anos...

UMA QUESTÃO DE CLASSE

Em 27 de Junho, em Nanterre, subúrbio de Paris, o jovem Nahel, de 17 anos, perdeu a vida, deliberadamente assassinado por um agente da polícia, sem nenhuma razão que o justificasse.

Nos dias que se seguiram, uma explosão de cólera pôs diversas cidades francesas a ferro e fogo. Nos motins participaram fundamentalmente jovens que, como Nahel, enfrentam um futuro incerto, determinado pelas políticas anti-sociais dos governos da burguesia.

A violência da revolta era apenas de esperar, de jovens, muitos deles filhos e netos de imigrantes, sem perspectivas de futuro, confrontados com o assassinato gratuito de um dos seus pela polícia – uma repetição, aliás, de casos anteriores.

A burguesia, através dos seus órgãos de informação, aproveita para levar a cabo uma campanha de mobilização da opinião pública contra os “jovens desordeiros”, que, destruindo automóveis, lojas, etc., desrespeitam os valores mais elevados do Estado capitalista – a propriedade e a sua “ordem” e “segurança” e, claro, a putrefacta 3ª República sua garante – valores ante os quais, para a classe dominante, a vida de um jovem de 17 anos nada é.

O objectivo da campanha de desinformação não era senão ocultar que o assassinato de Nahel é apenas a causa próxima dos tumultos que se lhe seguiram. A causa mais geral é o mal-estar permanente em que há décadas vive grande parte da população imigrante (altamente desfavorecida), constantemente sujeita à humilhação da discriminação e da estigmatização, ao racismo de Estado, à violência policial, ao desemprego e à miséria de todos os tipos. Esta situação tem particular impacto na juventude, à qual o Estado burguês não oferece qualquer perspectiva de uma vida digna.

Dos partidos e organizações dos trabalhadores, esperar-se-iam duas coisas. Por um lado, que tudo fizessem para pôr em evidência que estes acontecimentos são apenas mais um aspecto tanto da política anti-social geral do governo Macron como das mobilizações maciças de milhões de trabalhadores contra ela que a França conhece desde o início do ano.

E, por outro lado, que mobilizassem de forma unida todos os jovens e trabalhadores, fosse qual fosse a sua origem ou situação, para a luta comum contra o Estado do capital, contra o governo e as suas políticas anti-sociais, contra a repressão policial e judicial da juventude, etc. – em suma, contra o sistema de opressão e exploração capitalista que, ele sim, semeia a miséria, o desemprego e o caos que afectam a maioria da população para garantir a defesa da riqueza e dos privilégios de uma classe parasitária minoritária.

Porém, na ausência de um verdadeiro partido operário, os dirigentes dos partidos de “esquerda” e das organizações e sindicatos dos trabalhadores alinham com o governo e os partidos da burguesia, limitando-se a ampliar o coro da condenação dos “actos violentos” praticados pelos jovens em fúria por causa do assassinato gratuito de um dos seus.

Como não se há-de ficar enojado com o comunicado de 1 de Junho da CGT, em que, além de condenar a “violência dos jovens”, se propõe “refundar a nossa polícia republicana e a sua ligação à população, com o compromisso de um trabalho substantivo em termos de formação, gestão e directivas de aplicação da lei”? Aqui fica, gravada para a posteridade, a declaração de que para os dirigentes sindicais federados na CGT a polícia do governo da burguesia, encarregada de reprimir as lutas e revoltas dos trabalhadores e garantir a manutenção do Estado capitalista é, simultaneamente, a polícia daqueles que lutam contra o sistema. Quão pobres de espírito podem ser estes “dirigentes da classe”?

Na perspectiva dos marxistas, porém, o caminho da história é outro: confrontado com a sua própria decadência, o capitalismo vê-se sempre obrigado a prosseguir políticas anti-sociais cada vez mais drásticas que, inevitavelmente, dão origem a revoltas cada vez maiores dos explorados e oprimidos, até ao derrube do capitalismo. Destas “esquerdas” e dirigentes sindicais, que nos momentos decisivos escolhem perfilar-se ao lado da burguesia, restarão, no máximo, algumas notas de roda-pé pouco abonatórias.

OS FACTOS

Nahel, um jovem de 17 anos de Nanterre (perto de Paris) foi morto pela polícia a 27 de Junho. O presidente da associação Ovale Citoyen, Jeff Puech, descreveu-o como “exemplo típico de garoto de bairro, fora da escola, que às vezes está no limite, mas não é um bandido, e que tinha vontade de sobreviver”, Nahel empreendera, graças a esta associação, um percurso de reinserção através do rugby.

No dia 27 de Junho, conduzia, sem carta de condução, um carro, com outros dois passageiros, por uma faixa “bus”. Foi mandado parar por dois polícias de moto. Um deles disparou à queima-roupa sobre Nahel, matando-o.

De imediato, o software interno da polícia, Pégase, produz a seguinte versão dos factos: o motorista teria “tentado fugir, atropelando o polícia”. Tratar-se-ia, portanto, de um “crime de desobediência”, segundo a polícia.

Mas, azar: às 10h26m do dia 27 de Junho, uma jovem postou no Twitter imagens da cena ocorrida sob o olhar do seu aprendiz. Vemos um polícia disparar à queima-roupa sobre Nahel, sem razão aparente que o justifique. Estas imagens foram visualizadas mais de 2,5 milhões de vezes.

Em 28 de Junho, o polícia foi indiciado por homicídio doloso e colocado em prisão preventiva, conforme solicitado pela procuradoria de Nanterre, que considerou que não estavam “reunidas as condições legais para o uso da arma”.

Entretanto, o terceiro passageiro, que estava no banco da frente ao lado de Nahel, e era seu amigo de infância, testemunhou (*Le Parisien*, 30 de Junho): “Eles vieram a correr. Disseram-nos para baixar o vidro. Nahel baixou-o. O motociclista que estava perto da janela disse: “Desligue o motor”. E agrediu Nahel, sem razão. O segundo motociclista inclinou-se e repetiu a agressão. A cabeça de Nahel girava, ele não conseguia fazer nada, nem mesmo falar. Então o polícia diz-lhe: “Desligue o motor, ou eu disparo!” O segundo polícia entra na conversa: “Levas uma bala na cabeça!”” (todos estes comentários podem ouvir-se no vídeo).

O pé de Nahel, ainda “atordoad”, “escorregou do travão”, segundo o amigo, que acrescentou: “Como o carro é automático, avançou sozinho”. O polícia perto da janela disse ao colega: “dispara!” Foi então que o motociclista que estava na frente disparou. Então o pé do condutor “ficou preso ao acelerador”. O carro imobilizou-se alguns metros adiante. O amigo de Nahel explica que fugiu: “Fiquei com medo. Com medo de levar um tiro.”

Estamos muito longe de um crime de desobediência à autoridade, como invocado pela polícia!

Em 27 de Junho, porém, Nahel perdeu a vida.

A mãe do amigo de Nahel diz que encontrou o filho “completamente transtornado”. “Ver o amigo morrer à sua frente é dramático. Sem mencionar que ele também poderia ter sido baleado. Ele vai ter que viver com isso”, diz.

Traduzido e editado de Christel Keiser, *La Tribune des Travailleurs* nº 397

afeganistão



Encontro em defesa das mulheres afegãs, perseguidas e reprimidas pelo regime talibã

Realizado em Lisboa, a 26 de Junho, na sede da UMAR

Foi oradora convidada Ranna Amani, activista no exílio do Movimento Espontâneo das Mulheres Afegãs (SMAW na sigla inglesa), refugiada na Suécia.

O movimento de resistência Movimento Espontâneo das Mulheres Afegãs surgiu espontaneamente nas ruas de Cabul e de outras províncias quando o regime talibã proibiu a escolarização das raparigas e começou a desmantelar todos os direitos das mulheres. O exército de ocupação dos EUA e da NATO entregara o poder aos talibãs em 2021 nos termos dos acordos celebrados entre a administração Trump e a guerrilha talibã, em Doha, um ano antes.

O encontro de Lisboa foi o primeiro de uma digressão europeia de Ranna Amani, organizada pelo Comité Internacional de Defesa das Mulheres Afegãs. Depois de Lisboa, ela falou em Bilbao (Estado espanhol), Marselha (França), Turim (Itália) e Genebra (Suíça).

Ranna Amani relatou como centenas de mulheres têm sido sequestradas, raptadas, violadas nas masmorras públicas e secretas do regime. Muitas desaparecem sem deixar rasto. Muitas reaparecem, mortas.

Inicialmente, a força do movimento de resistência das mulheres conquistou espaços de liberdade de manifestação e informação que lhe permitiram uma expansão rápida por todo o país. Depois, a repressão do regime abateu-se, feroz. As raparigas são agora impedidas de estudar além da instrução primária. As mulheres são sistematicamente despedidas da função pública, das escolas, dos hospitais. São apagadas da vida pública e de toda a existência independente. Impõem-se-lhes regras de vestuário e conduta.

O Movimento Espontâneo das Mulheres Afegãs trabalha actualmente, em grande parte, na clandestinidade. Mantém “casas seguras” para mulheres e escolas clandestinas para raparigas, com professoras voluntárias.

O movimento condena veementemente o imperialismo dos EUA como principal culpado do destino há quarenta anos reservado ao povo afegão, que agora culmina na eliminação completa dos direitos das mulheres. O movimento pede à “comunidade internacional” que se abstenha de dar dinheiro ao regime talibã a pretexto de ajuda humanitária. Nenhuma dessa ajuda chega às mulheres, impedidas, sequer, de trabalhar nas organizações de ajuda e humanitárias. A “ajuda” apenas sustenta o brutal

e misógino governo dos talibãs.

Disse Ranna Amani que o povo do Afeganistão, especialmente as mulheres, não podem aceitar o Emirado Islâmico do Afeganistão ou governo talibã. A conversa, que hoje circula por alguns países e por círculos da oposição no exílio, acerca da formação de um “governo inclusivo” significa fazer compromissos em matéria de direitos humanos, direitos das mulheres e liberdades do povo do Afeganistão. Nós cremos que as atrasadas crenças religiosas dos talibãs os tornam incapazes e sem independência para acolher os direitos das mulheres e as liberdades políticas e civis.

A única via é, por isso, lutar pela instauração de um governo democrático e laico saído de eleições gerais e livres. Tão-pouco os partidos jihadistas e islamistas ou os restos corruptos do governo do tempo da ocupação americana representam o povo e as mulheres do Afeganistão. Pouco diferem dos talibãs e do Daesh. Não se lhes dê nenhuma participação no governo talibã a pretexto de formar um “governo inclusivo” que legitime e promova um regime misógino e teocrático no Afeganistão. Os partidos jihadistas e os senhores da guerra da “Frente Nacional de Resistência” chefiada por Ahmad Massoud, todos eles acusados de crimes de guerra e violações dos direitos humanos, têm de ser levados a tribunal, tal como os talibãs.

Por fim, Ranna apelou a:

- apoiar o Comité Internacional de Defesa das Mulheres Afegãs, formado em Paris em 2021 (<https://defendafghanwomen.org>);
- lutar, em todos os países, pela concessão de asilo político às centenas de manifestantes perseguidas e ameaçadas pelos talibãs;
- contribuir financeiramente para as crianças vítimas da guerra e as manifestantes presas;
- doar generosamente para as “casas seguras” e os centros de ensino clandestinos criados pelo Movimento Espontâneo das Mulheres Afegãs.

A seguir à intervenção de Ranna Amani, as e os presentes fizeram perguntas e comentários, dando azo a um debate interessante e enriquecedor sobre a vida e a luta das mulheres no Afeganistão.

No final, as e os presentes prestaram sentida e vibrante homenagem às mulheres afegãs, aplaudindo longamente Ranna Amani, mulher e resistente.

actualidade

MILHÕES DO ESTADO PARA O PAPA DA IGREJA CATÓLICA

O governo português está a promover a visita do chefe da Igreja católica a Portugal no início de Agosto. Irá, assim, expor a cidade e os habitantes de Lisboa e outras partes do país a um caos inenarrável durante vários dias.

Mas não só: ainda paga dezenas de milhões de euros de despesas de viagem e organização de comícios de massas por aquele dirigente religioso.

É, no ponto de vista jurídico, um atropelo flagrante da Constituição, que declara Portugal Estado laico.

É, ainda, uma violação descarada dos direitos e desvio ilegítimo dos impostos pagos pela parte muito significativa dos cidadãos do país que se definem como agnósticos, ateus ou adeptos de outras confissões religiosas – e mesmo dos adeptos do catolicismo defensores da Constituição e da democracia.

Ainda por cima no mesmo ano em que ficou à vista de todos que esta mesma Igreja é, há séculos, um antro sistémico de violência sexual e de toda a natureza contra crianças, jovens e mulheres, promovem-se com dinheiros públicos umas “jornadas mundiais da juventude”, inventadas nos anos oitenta do século passado, para ajudar esta Igreja a atrair e recrutar jovens para as suas doutrinas obscurantistas e fraudulentas – basta pensar no culto dos “milagres” de Fátima, inventados no início do século XX para mobilizar para a guerra total contra a revolução russa.

Isto, enquanto se destroem os orçamentos e se desmantela o ensino público, que devia permitir à juventude deste país aceder ao conhecimento científico e à liberdade e autonomia de pensamento, de que esta Igreja é inimigo jurado.

Apela-se a todas e a todos para que enviem contribuições generosas para o Comité Internacional de Defesa das Mulheres Afegãs (<https://defendafghanwomen.org>), formado em Paris em 2022, na sequência de uma carta do Movimento Espontâneo das Mulheres Afegãs (ver O Trabalho nº 27). Conta «Comité international de défense des femmes afghanes» IBAN: FR76 1027 8060 5000 0213 5650 174 BIC/SWIFT: CMCIFR2A

BOLETIM O Trabalho

Publicado pelo grupo “O Trabalho”
Página web: <http://ainternacional.pt>
Responsável: José Júlio Santana Henriques
e-mail: jose.santanah@gmail.com